

**Panorama da Produção Científica Nacional sobre Raça e Deficiência:
Uma Análise Interseccional(2014–2024)**

**Overview of National Scientific Production on Race and Disability: An Intersectional
Analysis (2014–2024)**

**Panorama de la producción científica nacional sobre raza y discapacidad: un análisis
interseccional (2014-2024)**

Vitória Motta Bernardo Benjamin dos Santos¹

João Victor Correia Barbosa²

Ernani Nunes Ribeiro³

DOI 10.70678/sala8.v1i10.1556

Artigo científico

Linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão da Educação

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama dos principais estudos publicados no Brasil entre 2014 e 2024 que abordam, de forma interseccional, as questões de raça e deficiência. O objetivo central é compreender como a produção acadêmica nacional tem tratado a sobreposição das opressões raciais e capacitistas, evidenciando seus avanços e limitações. Parte-se da compreensão de que as experiências de pessoas negras com deficiência são atravessadas por múltiplas formas de exclusão e silenciamento, manifestadas em diferentes espaços sociais, como a escola, o mercado de trabalho, os serviços de saúde e as instituições acadêmicas. A interseccionalidade, conforme formulada por Crenshaw (2002), é utilizada como ferramenta analítica para entender como essas desigualdades se articulam e se reproduzem. O estudo fundamenta-se em uma revisão sistemática da literatura, conforme orientam Galvão e Pereira (2014), realizada no Portal de Periódicos da CAPES. O processo de seleção ocorreu em duas etapas: (1) triagem por título e resumo, para verificar a adequação aos critérios de inclusão; e (2) análise qualitativa dos textos.

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Graduanda de Pedagogia, vitoria.motta@ufpe.br. Este trabalho foi apresentado no IV Congresso Internacional em Políticas, Práticas e Gestão da Educação, especificamente pela linha de pesquisa Política, Planejamento e Gestão da Educação. Eventuais atualizações ou correções realizadas após a apresentação constam nesta versão publicada.

² Universidade Federal de Pernambuco, Graduando de Pedagogia, joao.vcbabrbrbosa@ufpe.br

³ Universidade Federal de Pernambuco, Doutor em Educação, ernani.ribeiro@ufpe.br

Os resultados indicam que, embora haja avanços no tratamento interseccional dessas categorias, parte da literatura ainda mantém visões essencialistas e despolitizadas.

Palavras-chave: Raça. Deficiência. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article presents an overview of the main studies published in Brazil between 2014 and 2024 that address issues of race and disability from an intersectional perspective. The central objective is to understand how national academic production has addressed the overlapping racial and ableist oppressions, highlighting its advances and limitations. It begins with the understanding that the experiences of Black people with disabilities are permeated by multiple forms of exclusion and silencing, manifested in different social spaces, such as schools, the labor market, health services, and academic institutions. Intersectionality, as formulated by Crenshaw (2002), is used as an analytical tool to understand how these inequalities articulate and reproduce themselves. The study is based on a systematic literature review, as guided by Galvão and Pereira (2014), conducted on the CAPES Journals Portal. The selection process occurred in two stages: (1) screening by title and abstract, to verify compliance with the inclusion criteria; and (2) qualitative analysis of the texts. The results indicate that, although there are advances in the intersectional treatment of these categories, part of the literature still maintains essentialist and depoliticized views.

Keywords: Race. Disability. Intersectionality

RESUMEN

Este artículo presenta una visión general de los principales estudios publicados en Brasil entre 2014 y 2024 que abordan cuestiones de raza y discapacidad desde una perspectiva interseccional. El objetivo central es comprender cómo la producción académica nacional ha abordado las opresiones raciales y capacitistas superpuestas, destacando sus avances y limitaciones. Parte de la comprensión de que las experiencias de las personas negras con discapacidad están permeadas por múltiples formas de exclusión y silenciamiento, manifestadas en diferentes espacios sociales, como las escuelas, el mercado laboral, los servicios de salud y las instituciones académicas. La interseccionalidad, según la formulación de Crenshaw (2002), se utiliza como herramienta analítica para comprender cómo estas desigualdades se articulan y se reproducen. El estudio se basa en una revisión sistemática de la literatura, según las directrices de Galvão y Pereira (2014), realizada en el Portal de Revistas CAPES. El proceso de selección se realizó en dos etapas: (1) selección por título y resumen, para verificar el cumplimiento de los criterios de inclusión; y (2) análisis cualitativo de los textos. Los resultados indican que, si bien hay avances en el tratamiento interseccional de estas categorías, parte de la literatura aún mantiene visiones esencialistas y despolitizadas.

Palabras clave: Raza. Discapacidad. Interseccionalidade.

1 INTRODUÇÃO

A interseccionalidade, enquanto abordagem teórica e metodológica, oferece um instrumento fundamental para compreender como diferentes marcadores sociais, neste trabalho sendo raça e deficiência, se articulam na produção e reprodução de desigualdades. Este trabalho tem como objetivo realizar um panorama dos principais artigos acadêmicos publicados entre 2014 e 2024 que abordam, de forma interseccional,

as questões de raça e deficiência no contexto brasileiro, a partir de uma revisão sistemática realizada no Portal de Periódicos da CAPES.

No debate racial, autores como Kabengele Munanga (2004) nos fazem refletir que raça não deve ser reduzida a uma noção biológica, mas compreendida como um conceito social e político, um marcador estrutural das desigualdades que atravessam a sociedade brasileira. Tal compreensão é essencial para evidenciar que as desigualdades raciais não são fruto de diferenças “naturais”, mas de processos históricos profundamente enraizados, marcados por um legado colonial de exploração, escravização e racismo estrutural que ainda molda as instituições e práticas sociais contemporâneas.

No campo da deficiência, mesmo após importantes marcos normativos como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), predomina, em muitos contextos, a abordagem médica ou reabilitadora. Essa perspectiva restringe a deficiência à condição individual, vinculando-a à ideia de limitação ou incapacidade, e negligencia o modelo social, que compreende a deficiência como resultado de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais. A manutenção dessa visão não apenas reforça o capacitismo, como também limita a implementação efetiva de políticas de inclusão.

Quando analisadas de forma isolada, tanto a questão racial quanto a questão da deficiência perdem a potência analítica necessária para compreender como diferentes formas de opressão se articulam. É nesse ponto que a interseccionalidade, conceito formulado por Kimberlé Crenshaw (2002), se mostra fundamental, ao evidenciar que raça e deficiência não operam como categorias independentes, mas se entrelaçam, criando experiências únicas de exclusão e desigualdade que exigem respostas políticas e acadêmicas igualmente integradas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. [...] Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Refletir sobre raça e deficiência, portanto, exige um olhar interseccional capaz de identificar como o racismo e o capacitismo se combinam para restringir possibilidades de participação plena na vida social, cultural e econômica, ao mesmo tempo em que desafia as políticas públicas a responderem de forma integrada a essas demandas. Trata-se não apenas de reconhecer a diversidade humana em toda a sua complexidade, mas também de construir caminhos de transformação que garantam justiça e equidade para todos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão acerca da interseccionalidade é inaugurada, no campo acadêmico, sobretudo a partir de Kimberlé Crenshaw (2002), que propõe este conceito como instrumento analítico para compreender como diferentes sistemas de opressão, como racismo e sexismo, interagem, produzindo experiências específicas de exclusão. Para Crenshaw, não se trata de pensar raça, gênero ou deficiência como eixos isolados, mas sim como estruturas que se cruzam e se entrelaçam, gerando consequências singulares que não podem ser explicadas por uma única categoria de análise. No contexto desta pesquisa, a interseccionalidade permite compreender como o racismo e o capacitismo se combinam, formando um campo de opressões que afeta diretamente a vida das pessoas negras com deficiência.

Kabengele Munanga (2005), ao problematizar a noção de raça, oferece um aporte fundamental para a compreensão de como esse marcador não deve ser reduzido a uma dimensão biológica ou naturalizada, mas entendido como construção social, histórica e política. De acordo com Munanga “Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas” (MUNANGA, 2005, p.17). A contribuição de Munanga ajuda a destacar que a raça opera como categoria estruturante das desigualdades sociais no Brasil, enraizadas no legado colonial e escravocrata, e ainda hoje presentes nas instituições educacionais, no mercado de trabalho e nas práticas de saúde. A reflexão de Munanga conecta-se à

proposta de Crenshaw ao demonstrar que a racialização é um processo social ativo, que, quando articulado à deficiência, aprofunda as formas de marginalização.

O autor nos faz compreender que por conta do processo de violência indireta e direta que construiu o Brasil, a história, memória e identidade negra, não pertence mais a essa população.

Elas pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolveram, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p.16).

No campo dos estudos da deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) marcam a transição paradigmática do modelo médico-reabilitador para o modelo social. Autoras como Débora Diniz (2007) ainda que não mencionada explicitamente no corpus inicial, mas central para essa discussão, reforçam que compreender a deficiência apenas como limitação individual é perpetuar uma visão reducionista, que invisibiliza o papel das barreiras sociais, atitudinais e institucionais na produção do capacitismo. Esse deslocamento conceitual permite dialogar com a interseccionalidade de Crenshaw, na medida em que tanto o racismo quanto o capacitismo não podem ser entendidos fora de seus contextos históricos e estruturais.

Ao trazer Pierre Bourdieu para esse debate, amplia-se a possibilidade de compreender como raça e deficiência operam como capitais simbólicos desiguais e como produzem disposições de *habitus*⁴ específicos. O capital simbólico, é trazido por Bourdieu como o “[...] qualquer propriedade (qualquer tipo de capital físico, econômico, cultural, social) percebida por agentes sociais de forma a conferir algum valor à mesma.” (BOURDIEU, 1997, p. 108), ou seja, o mesmo é entendido como a forma de reconhecimento social que legitima posições e atributos valorizados em determinado campo, é distribuído de maneira profundamente desigual. Nesse processo, corpos

⁴ [...] esse *habitus* que, sendo um sistema de esquemas mais ou menos controlados e mais ou menos transponíveis, é simplesmente a interiorização dos princípios da teoria do conhecimento sociológico. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, P. 14)

brancos, masculinos e sem deficiência são frequentemente dotados de maior prestígio, enquanto corpos negros, indígenas e com deficiência sofrem com a desvalorização e a negação desse reconhecimento.

As estratégias dos agentes e das instituições inscritos nas lutas literárias, quer dizer suas tomadas de posição [...], dependem da posição que ocupem na estrutura do campo, quer dizer na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa) e que, por mediação das disposições constitutivas de seu *habitus* (e relativamente autônomas em relação com a posição), lhes impulsiona seja a conservar, seja a transformar a estrutura desta distribuição, portanto, a perpetuar as regras do jogo em vigor ou a subvertê-las. (BOURDIEU, 1997, p. 64)

O conceito de violência simbólica⁵ (BOURDIEU, 1997) torna-se central para compreender como essas desigualdades são mantidas de maneira sutil e naturalizada. Trata-se de uma forma de dominação que não se impõe pela força física, mas pelo convencimento e pela internalização de esquemas de percepção e de classificação social que fazem parecer legítimas e “naturais” as hierarquias existentes. Assim, o racismo e o capacitismo atuam como mecanismos de violência simbólica, pois estruturam um sistema de significados que marginaliza e inferioriza determinados grupos, ao mesmo tempo em que universaliza a experiência dos grupos dominantes como norma.

Nesse contexto, o *habitus* é o elo entre estruturas sociais e práticas individuais. Segundo Bourdieu “[...] é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a héxis, indica a disposição incorporada, quase postural – [...] de agente em ação [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 61). Ele se constitui como um conjunto de disposições incorporadas, moldadas historicamente pelas condições objetivas de existência. Para sujeitos racializados e pessoas com deficiência, o *habitus* é atravessado por experiências constantes de exclusão, vigilância e estigmatização. Isso significa que, ao mesmo tempo em que incorporam estratégias de resistência e sobrevivência, esses sujeitos também sofrem os efeitos da naturalização da inferiorização, o que limita suas possibilidades de reconhecimento pleno nos campos sociais.

⁵ "considera como violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural." (BOURDIEU, 1997, p. 204)

Por fim, a teoria de Bourdieu fornece instrumentos analíticos para compreender como os diferentes campos sociais, como educação, saúde e trabalho reforçam hierarquias ao legitimar padrões de corpo, raça e capacidade. Esses campos funcionam como arenas de disputa onde os capitais (econômico, cultural, social e simbólico) são mobilizados de forma desigual, e onde os corpos que não correspondem ao modelo hegemônico são sistematicamente desqualificados. Dessa maneira, raça e deficiência deixam de ser apenas categorias biológicas ou individuais e passam a ser compreendidas como construções sociais atravessadas por relações de poder, que produzem exclusões mascaradas sob o véu da neutralidade.

A articulação entre Crenshaw, Munanga, Diniz e Bourdieu permite visualizar a convergência de três perspectivas: (1) a interseccionalidade como chave de leitura dos entrecruzamentos de opressões; (2) a raça como marcador histórico-político que estrutura desigualdades; (3) a deficiência como construção social produzida por barreiras; e (4) o *habitus* e os capitais simbólicos como categorias que revelam como esses marcadores são internalizados e reproduzidos nos campos sociais. Essa triangulação teórica sustenta a relevância de analisar raça e deficiência não como dimensões paralelas, mas como elementos imbricados em uma rede de exclusões que se retroalimentam.

Assim, compreender a experiência da pessoa negra com deficiência requer uma abordagem interseccional e crítica, capaz de denunciar como os sistemas de dominação se reforçam mutuamente, ao mesmo tempo em que desafia os campos acadêmico, político e social a construir práticas emancipatórias que valorizem a diversidade em toda a sua complexidade.

3 METODOLOGIA

Este trabalho fundamenta-se em uma revisão sistemática da literatura, conforme orientam Galvão e Pereira (2014), com foco em estudos publicados no Brasil, entre 2014 e 2024, que abordam interseccionalmente as temáticas de raça e deficiência. A busca foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando as palavras-chave

“Raça” AND “Deficiência”, aplicando filtros para restringir os resultados a textos em português, de acesso aberto, revisados por pares e vinculados a instituições brasileiras.

A seleção dos materiais ocorreu em duas etapas. Na primeira, realizou-se triagem por título e resumo, visando identificar produções que atendessem aos critérios de inclusão: abordagem explícita da interseccionalidade entre raça e deficiência, contexto brasileiro, publicação em português, acesso aberto, revisão por pares e data igual ou posterior a 2014.

Na segunda etapa, procedeu-se à análise qualitativa dos artigos selecionados, com categorização segundo título, autor(es), ano, periódico, palavras-chave, foco temático, abordagem metodológica, área do conhecimento, objetivos, grupo focal, conceitos de raça e deficiência, presença de abordagem interseccional e ocorrência dos termos “racismo” e “capacitismo”.

Foram excluídos materiais que não atendessem aos critérios de inclusão, publicados antes de 2014, com acesso restrito, sem revisão por pares, de autoria não brasileira ou que não contemplassem simultaneamente os marcadores raça e deficiência.

O presente artigo adota uma abordagem metodológica quali-quantitativa, integrando os pontos fortes dos métodos quantitativo e qualitativo. Conforme Minayo (1994), essas vertentes não se anulam, mas se complementam, articulando concepções teóricas e técnicas. Enquanto a abordagem qualitativa busca compreender dimensões da realidade que não podem ser quantificadas, privilegiando significados e interpretações, a quantitativa concentra-se em dados concretos e mensuráveis. Assim, a vertente quantitativa contribui para a delimitação precisa do objeto de estudo, a partir de uma formulação clara do problema de pesquisa, enquanto a qualitativa aprofunda a compreensão dos fenômenos, captando a complexidade social e institucional da temática investigada.

No corpo qualitativo, foi conduzida uma revisão sistemática com o objetivo de reunir, avaliar e sintetizar criticamente resultados de estudos previamente publicados sobre a interseccionalidade entre raça e deficiência, seguindo protocolo rigoroso, transparente e replicável, assegurando a qualidade metodológica da investigação. De acordo com Sampaio e Mancini (2006), revisões sistemáticas são planejadas para serem

metódicas, explícitas e reprodutíveis, permitindo identificar lacunas de pesquisa e mapear métodos utilizados na área.

As revisões sistemáticas são desenhadas para ser metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. Esse tipo de estudo serve para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área (SAMPAIO; MANCINI, 2006, p.83)”

Para o refinamento das buscas, foram utilizados operadores booleanos, recurso essencial nesse tipo de levantamento, pois permitem combinar palavras-chave e delimitar o escopo da investigação de maneira mais precisa e direcionada. Assim os operadores booleanos são derivados da teoria dos conjuntos e da ciência e da informação, sendo usadas em bancos de dados científicos e outros mecanismos de buscas para rotular logicamente as expressões de pesquisa e fornecer resultados precisos (MOREIRA, 2007; PICALHO, LUCAS, AMORIM, 2022).

Tal como a trajetória metodológica implementada por Barbosa (2024), onde buscou-se ter o resultado mais detalhado possível através de uma revisão e leitura exploratória. Na revisão em questão primeiramente foram encontrados 231 resultados, após a leitura exploratória tendo como base os critérios de exclusão, o resultado foi reduzido para 13 artigos, que fizeram parte da análise de dados deste trabalho. Os artigos foram organizados no quadro 1.

Título	Autor(a)	Ano/Revista
DisCrit: Os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência	Philippe Oliveira de Almeida Luana Adriano Araújo	2020 / Revista Brasileira de Políticas Públicas (CEUB)
Discriminação social em adultos com deficiência auditiva nos serviços de saúde brasileira: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde	Rafaela Soares Rech	2023 / Scielo
Discriminação salarial de trabalhadores com	Jadir Soares	2022/ Escola de Humanidades

deficiência no Brasil: uma análise interseccional por gênero e raça/cor		
Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político	Juliana Cavalcante Marimbo Paiva	2023 / Educação e Políticas em debate
Relação de fatores pessoais e ambientais com a prevalência de deficiências físicas adquiridas no Brasil - estudo de base populacional	Marina Carvalho Arruda Barreto	2021/ Scielo
Fluxo escolar de estudantes com cegueira na Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte (2007-2018)	Beatriz Fonseca Torres	2023/ UFSM Revista do centro de educação
Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação	Ingrid Anelise Lopes	2021/ Scielo
Interseccionalidades e a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	Marcos Cezar de Freitas	2021/ Scielo
Interseccionalidade ou Consustancialidade: Faz diferença para pensar a Diferença?	Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia	2022/ Norus
“Eu sou a Branquinha do Papai” as intersecções de Gênero e Raça numa Instituição Educacional Especializada em Deficiência Visual	Mariana dos Reis Santos	2023/ Ambivalências

Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência	Sérgio Coutinho dos Santos	2022/ USP.BR
Notificações de violência física contra pessoas com deficiência no Espírito Santo, Brasil, no período de 2011 a 2018	Kátia da Silva Brandão	2023 / Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde
Educação inclusiva e relações étnico-raciais: uma análise interseccional afrocentrada	Alexia de Souza Freitas	2022 / Revista de Educação PUC - Campinas

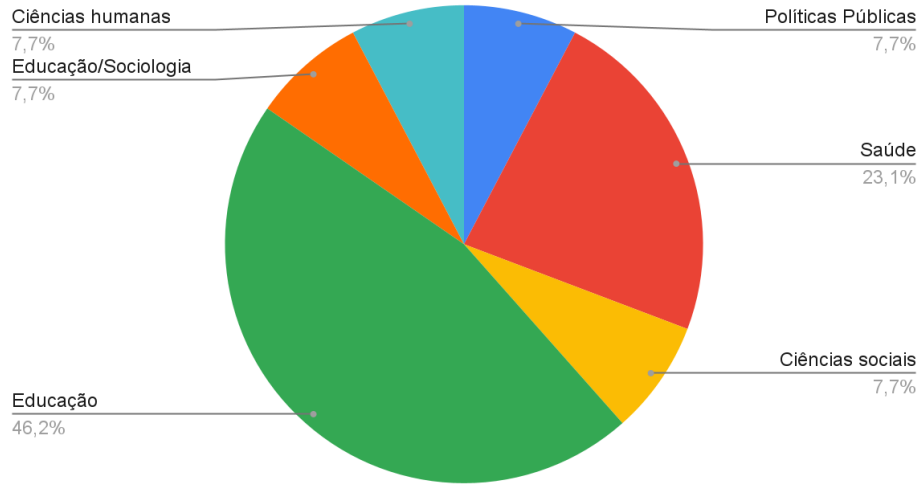
Fonte: Quadro elaborado pelos autores

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

A revisão sistemática inicialmente identificou 231 periódicos potencialmente relevantes para a temática investigada. Após a aplicação dos critérios de exclusão, que consideraram ano de publicação (a partir de 2014), pertinência à interseccionalidade entre raça e deficiência, idioma, acesso aberto, origem brasileira e revisão por pares, o número de produções foi reduzido para 13 artigos publicados entre 2014 e 2024. Esses trabalhos se distribuem por diferentes áreas do conhecimento, com predominância nas áreas de Educação e Saúde, além de representações em Políticas Públicas, Ciências Sociais, Educação/Sociologia e Ciências Humanas.

Em relação à distribuição dos artigos por área do conhecimento, considerando a temática de raça e deficiência, encontramos a seguinte configuração: Educação (6 trabalhos), Saúde (3 trabalhos), Políticas Públicas (1 trabalho), Ciências Sociais (1 trabalho), Educação/Sociologia (1 trabalho) e Ciências Humanas (1 trabalho). Os resultados em termos quantitativos são apresentados no Gráfico 1.

Contagem de Área de Conhecimento



Fonte: Do autor

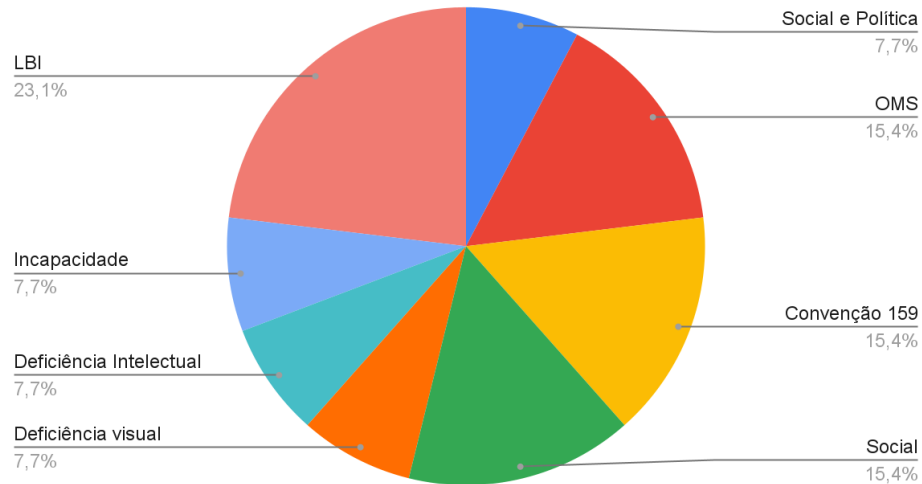
Audiodescrição da imagem na nota do rodapé⁶

A partir disso conseguimos identificar que a pesquisa relacionada a área de conhecimento, se apresentam bem divididas, porém a área da educação ainda se sobressai nas pesquisas coletadas, sendo essas sempre relacionadas ao acesso e a permanência desses corpos no ambiente escolar.

Já quando foi analisado o conceito de deficiência trazida pelos artigos, foi entendido o seguinte: Conceito trazido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (3 trabalhos), Deficiência como sendo uma questão social (2 trabalhos), Conceito trazido a partir da Convenção 159 (2 trabalho), Conceito trazido a partir da Organização Mundial de Saúde (2 trabalhos), Deficiência como sendo uma questão social e política (1 trabalho), Deficiência sendo apenas no âmbito visual (1 trabalho), Deficiência sendo apenas no âmbito intelectual (1 trabalho) e como incapacidade (1 trabalho).

⁶ AD: Gráfico de setores com o título “Contagem de Área de Conhecimento”. Ele mostra a distribuição de artigos por áreas. A maior parte é Educação, quase metade (46,2%), em verde. Depois, Saúde com 23,1%, em vermelho. As demais áreas aparecem com a mesma proporção, 7,7% cada: Políticas Públicas em azul, Ciências Sociais em amarelo, Educação/Sociologia em laranja e Ciências Humanas em azul-claro.

Contagem de Conceito de Deficiência



Fonte: Do autor

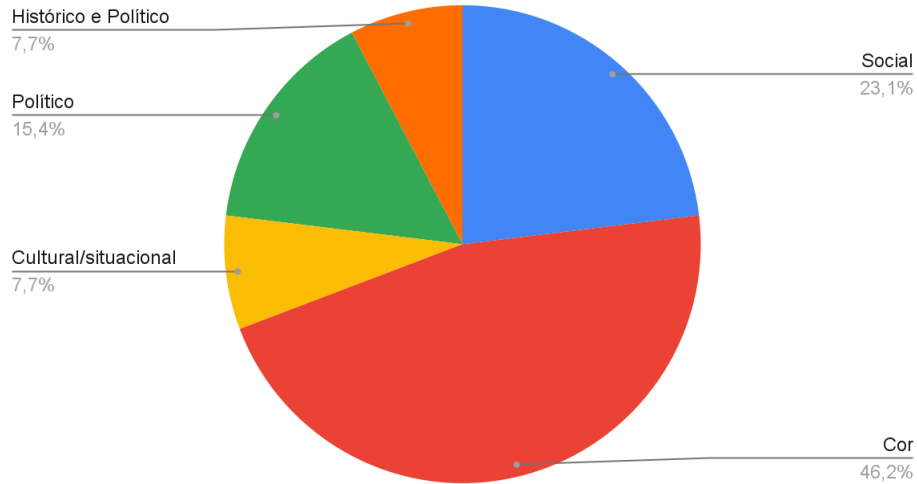
Audiodescrição da imagem na nota do rodapé⁷

Desse modo foi possível identificar que o tratamento utilizado nos referidos artigos segue, majoritariamente, a definição trazida pela LBI, ou seja, é considerado como pessoa com deficiência toda aquela que apresenta algum tipo de impedimento a longo prazo, impedindo sua participação plena e efetiva na sociedade.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (LBI, 2015, Art.2)

⁷ AD: Gráfico de setores intitulado "Contagem de Conceito de Deficiência". O maior setor é LBI com 23,1%. Em seguida aparecem Convenção 159, Social e OMS, cada um com 15,4%. Já Incapacidade, Deficiência Intelectual, Deficiência Visual e Social e Política possuem 7,7% cada.

Contagem de Conceitos de Raça



Fonte: Do autor

Audiodescrição da imagem na nota do rodapé⁶⁸

Analisando os conceitos de raça trazidos pelos trabalhos foram identificados: Cor (6 trabalhos), Social (3 trabalhos), Político (2 trabalhos), Histórico e Político (1) e Cultural/Situacional (1)

Desse modo quando se analisa os conceitos de raça trazidos pelos autores, é possível perceber que há um resultado bem balanceado, porém a assimilação com a cor de pele ainda sim é bem forte, o que pode ser entendido como um parâmetro limitador quando se subentende-se que ser negro não aciona outros fatores e espaços, como a marginalização.

Os objetivos dos trabalhos analisados revelam a diversidade temática e metodológica. Um deles buscou reanalisar a estabilidade conceitual da interseccionalidade como instrumento teórico para compreender a experiência da pessoa negra com deficiência. Outro estimou a prevalência de discriminação social autorreferida em pessoas com deficiência auditiva nos serviços de saúde brasileiros, verificando fatores associados. Um terceiro identificou se há discriminação salarial

⁶⁸ AD: Gráfico de setores intitulado “Contagem de Conceitos de Raça”. O maior setor é Cor com 46,2%. Em seguida, Social com 23,1% e Político com 15,4%. Já Histórico e Político e Cultural/situacional possuem 7,7% cada.

contra pessoas com deficiência, excluindo empregadores e trabalhadores por conta própria por não receberem salário.

No campo educacional, um artigo analisou os discursos de pessoas com deficiência acerca do seu acesso e permanência no ensino superior, enquanto outro estimou a relação de fatores pessoais e ambientais com a prevalência de deficiência física adquirida em adultos e idosos brasileiros. A análise do fluxo escolar de estudantes com cegueira na Educação de Jovens e Adultos (EJA) também foi tema de estudo, com ênfase nas desigualdades de acesso e permanência.

Ainda no escopo das políticas educacionais, uma pesquisa analisou intersecções entre indicadores sociais relacionados às pessoas classificadas como tendo deficiência intelectual no Brasil e suas implicações para as políticas educacionais. Outra evidenciou que, nas pesquisas sobre escolarização de crianças com deficiência ou doenças crônicas, as interseccionalidades com gênero, raça, classe social e etnia são fundamentais.

No campo teórico, um artigo refletiu criticamente sobre fundamentos, metáforas e implicações analíticas de diferentes abordagens interseccionais, discutindo seus pontos de convergência e divergência. Outro apresentou o relato de experiência de uma professora e pesquisadora em uma instituição especializada em deficiência visual.

Na interface entre direito e políticas públicas, um estudo sistematizou a relevância da expansão epistêmica das teses interseccionais para incluir a opressão contra pessoas com deficiência, destacando como o capacitismo se articula com o racismo e como essa abordagem pode fortalecer as lutas emancipatórias. Em perspectiva epidemiológica, uma pesquisa analisou dados sobre violência contra pessoas com deficiência no Espírito Santo, entre 2011 e 2018, relacionando deficiência, marcadores sociais como sexo, raça/cor e local de residência, e a ocorrência de violência física. Por fim, um artigo evidenciou a necessidade de interseccionar a educação inclusiva com a questão étnico-racial, discutindo os desafios da inclusão da pessoa negra com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) na educação básica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, torna-se imperativo que futuras pesquisas adotem uma perspectiva interseccional robusta, capaz de capturar as múltiplas dimensões e especificidades das experiências vividas por pessoas negras com deficiência. Isso implica não apenas reconhecer a construção social e política tanto da raça quanto da deficiência, mas também compreender como essas categorias se entrelaçam para produzir formas particulares de exclusão e resistência.

Além disso, é fundamental que a produção acadêmica se comprometa com abordagens críticas que questionem os paradigmas biomédicos e biologizantes, integrando saberes e vozes historicamente marginalizadas. Esse compromisso também demanda o fortalecimento de políticas públicas e práticas sociais inclusivas, que garantam direitos plenos e promovam a equidade real em espaços como a educação, saúde, mercado de trabalho e justiça social.

Portanto, o desafio reside em promover uma agenda de pesquisa e intervenção social que articule teoria, prática e política, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, em que a diversidade seja reconhecida e valorizada em sua complexidade.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Victor Correia et al.. Um panorama do ensino de ciências para alunos surdos. Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/111093>>. Acesso em: 28/09/2025 17:53

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas sobre la Teoría De La Acción**. Barcelona: Letra, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Meditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [Em linha]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 31 maio 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos feministas, 2002, Pg. 171-188

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. **Revisões sistemáticas da literatura:** passos para sua elaboração. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 23, n. 1, p. 161-164, 2014.

MOREIRA, A. G. S. C. **Elementos de história da lógica** (Dissertação de Mestrado). Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2005. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

ONU (2006). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** [Documento online]. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/documents/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html> URL. Acesso em: 31 maio 2025.

SAMPAIO, RF; MANCINI, MC. **Estudos de revisão sistemática:** um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan/fev. 2006

João Victor Correia Barbosa

Graduando em Pedagogia pela UFPE e em Comunicação Assistiva pela UNINTENSE. Técnico em Tradução e Interpretação em Libras, bolsista PIBID e do projeto ALETA. Integra os grupos AFFECTIO (UFPE), EduQuadrinho e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez e Educação de Surdos. Atua nas áreas de educação inclusiva, alfabetização científica, educação e quadrinhos e educação das relações étnico-raciais.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4887-0400>

Lattes Endereço: <http://lattes.cnpq.br/6811744630240503>

Rebecca de Albuquerque Castro

Assistente social, mestre em Gestão do Desenvolvimento Sustentável (UPE) e mestre em Educação (UFPE), doutoranda em Educação (UFPE) e acadêmica de Pedagogia. Desenvolve pesquisas e projetos

nas áreas de direitos humanos, inclusão de pessoas com deficiência, acessibilidade atitudinal e comunicacional (audiodescrição), com ênfase em sexualidade e grupos minoritários. Pesquisadora do Grupo AFFECTIO (UFPE/CNPq).

ORCID:<https://orcid.org/0009-0009-5952-9105>

Lattes Endereço: <http://lattes.cnpq.br/7577289070943158>

Ernani Nunes Ribeiro

Graduado em História (FUNESO), mestre (2011) e doutor (2020) em Educação pela UFPE. Professor Adjunto e pesquisador do Centro Acadêmico de Vitória (CAV/UFPE), com atuação em fundamentos da educação, educação inclusiva, políticas educacionais e metodologias de pesquisa. Coordena o Grupo de Pesquisa AFFECTIO (CNPq/UFPE), com estudos em inclusão, inteligência artificial, acessibilidade, gênero e sexualidade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2160-2137>

Lattes Endereço: <http://lattes.cnpq.br/5828186266951171>

NOTA - Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submitted on: 30/01/2026

Accepted on: 30/01/2026

Published on: 27/03/2026